

Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação



Plano de Actividades – 2005

Janeiro 2005

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS

2. ACÇÕES A DESENVOLVER

2.1 SOCIEDADE

- Promover a inclusão pela via da SI
- O desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal
- O papel da SI no aproximar das Regiões
- O Digital no Quotidiano – A relatividade do tempo na Sociedade da Informação
- Os contextos lúdicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Identidade Digital
- Inclusão das Comunidades Migrantes
- Tele-Medicina – Expectativas e Realidades
- A Ética no contexto da Sociedade da Informação
- Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação
- A Sociedade da Informação como potenciadora das actividades das ONGs
- Os desafios da Economia da Informação
- Modelos de *Governance* na Sociedade da Informação
- Sociedade da Informação e os Novos Media

- Arquitectura na Sociedade da Informação
- Literacia Digital e Certificação de Competências

2.2 MERCADO & TECNOLOGIAS

- Fazer crescer o mercado da SI em Portugal
- A competitividade da indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da SI
- Combater os estrangulamentos do Comércio e do Negócio Electrónicos em Portugal
- Os *e-Marketplaces* na Sociedade da Informação
- A revolução tecnológica do acesso e o desenvolvimento do mercado da Sociedade da Informação
- *Open Source* – Expectativas e realidades
- Estudo comparativo Irlanda – Portugal sobre o apoio à competitividade e internacionalização das empresas de tecnologias de informação
- GDD - Gestão de Direitos Digitais
- Condicionantes económicas da construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento

2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Monitorização dos processos básicos da AP
- Ponto de situação do *e-Government* em Portugal
- e-Educação – O que tem o sector da Educação a ganhar com o desenvolvimento da SI
- e-Justiça – O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da SI
- e-Cultura – Cultura no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento

- Administração Pública Local – Perspectivas de desenvolvimento no âmbito da Sociedade da Informação
- PPP - Parcerias Público Privado no contexto da Sociedade da Informação

2.4 ACTIVIDADES REGULARES

- 2º Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”
- Forum da Arrábida – Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento em 2005 “Relações Laborais e Trabalho Digital”
- Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento
- Barómetro da Sociedade da Informação
- Criação de grupos de trabalho especializados nas áreas de Educação, Saúde e Comércio Electrónico
- Internacionalizar a actividade da APDSI
- Colunas da responsabilidade da APDSI em Órgãos da Comunicação Social
- Prémio Editorial 2005 “APDSI – Sociedade da Informação”
- Prémio Personalidade do Ano 2004 no domínio da Sociedade da Informação
- Prémio Nacional “A Outro Nível”
- Newsletter Digital da APDSI
- *World Internet Project*
- Olimpíadas da Informática

2.5 ACTIVIDADES EM FASE DE CONCLUSÃO

- Bloqueios jurídicos ao desenvolvimento da Sociedade da Informação
- O futuro do *e-Learning* em Portugal
- Terminologia da SI na Língua Portuguesa
- Arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas
- Evolução do Analógico para o Digital no domínio do trabalho
- A representação do território numa perspectiva da Sociedade da Informação

2.6 OUTRAS ACTIVIDADES

- Bolsa de equipamento informático usado para fins de natureza social
- Revista Digital da APDSI
- Compilação em CD de documentos internacionais de referência no domínio da SI

3. CONCLUSÕES

1. OBJECTIVOS

Num momento em que o sistema político requer a realização de uma consulta popular para clarificação dos equilíbrios institucionais, ganha importância acrescida a auscultação da sociedade civil, em matérias tão relevantes como a Sociedade da Informação e do Conhecimento, que constituem o objecto do plano de actividades da APDSI.

O Plano de Acções que se apresenta pretende dar continuidade às actividades desenvolvidas pela Associação em anos anteriores e ser a base de referência da intervenção da APDSI, no sentido de estimular e dinamizar acções que possam concretizar as expectativas, oportunidades e os benefícios que o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento poderá trazer a Portugal.

Num mundo em contínua evolução importa que, de uma forma permanente, sejamos capazes de nos interrogar sobre o modo como as coisas acontecem ou as razões pelas quais muitas outras não se materializam. De uma forma criativa e construtiva obrigamo-nos a contribuir para uma dinâmica que ajude a entender e a desenvolver uma sociedade moderna onde a informação e o conhecimento sejam o suporte desse mesmo desenvolvimento.

A necessidade de perspectivar o futuro é uma constante em todos os países em que se acredita que a Sociedade da Informação e do Conhecimento é um dos eixos do desenvolvimento. No caso português, o País poderá encontrar na APDSI um parceiro mobilizador de ideias e de acções.

Tal como no Plano do ano anterior pretende-se que os resultados das diferentes actividades nas quais se inserem nomeadamente estudos a realizar por especialistas, *workshops*, manifestos ou cartas de intenções, envolvendo entidades com intervenção determinante na sociedade, possam ser considerados como contributos de alto valor na definição de políticas para a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Neste Plano de Actividades a organização das iniciativas segue a lógica implícita nos fins a que cada uma se destina. Assim, o primeiro conjunto refere-se a iniciativas destinadas à ‘Sociedade’, o segundo conjunto visa o ‘Mercado e as Tecnologias’ e o terceiro a ‘Administração Pública’. Incluem-se também categorias respeitantes a ‘Actividades Regulares’, ‘Actividades em Fase de Conclusão’ provenientes do plano anterior e ‘Outras Actividades’ de carácter híbrido.

Algumas das actividades, muito em especial as que requerem intervenção altamente qualificada de recursos humanos, só são exequíveis a partir do empenhamento directo por parte dos sócios da APDSI. Os sócios individuais contribuem em capital humano e as empresas em recursos financeiros e também em capital humano.

As actividades da Associação são o fruto dessa generosa simbiose.

No presente programa de actividades pretendemos introduzir a figura de ‘Comissário’ para a liderança e concretização de algumas das iniciativas de maior impacto. Dessa forma libertaremos recursos da Direcção da Associação e reforçaremos a organização e a componente mediática das acções destinadas à sociedade e ao poder político.

2. ACÇÕES A DESENVOLVER

2.1 SOCIEDADE

□ Promover a inclusão pela via da SI

A Sociedade da Informação deve ser antes de tudo uma "sociedade para todos". Quando falamos de tecnologias falamos inevitavelmente em exclusão social, pois cada tecnologia actual e emergente apresenta dificuldades previsíveis e imprevisíveis de utilização e dificulta o acesso a um grande número dos seus potenciais beneficiários. Não são apenas os formalmente considerados cidadãos com necessidades especiais aqueles que não têm acesso aos recursos e às oportunidades da Sociedade da Informação, a pobreza, a iliteracia, a interioridade e as minorias étnicas são alguns dos outros factores de exclusão que precisamos de ter em conta.

A tecnologia, por muito inovadora que seja, só é eficaz quando passa a fazer parte integrante da cultura e da sociedade e isto só acontece quando é uma tecnologia capaz de interagir amistosamente com o ser humano, como parte integrante do seu meio e não como intrusa e ameaçadora. Se as tecnologias são potencialmente excludoras, paradoxalmente elas também possuem um enorme potencial de inclusão das pessoas no seu meio. As tecnologias são, por definição, um prolongamento do indivíduo na sua relação com o meio físico e social e o sucesso desta relação constitui desde sempre a principal motivação da descoberta tecnológica.

Pretende-se com este estudo identificar as barreiras ao acesso universal da população aos benefícios da Sociedade da Informação e do Conhecimento, evitando a todo o custo o seu potencial de exclusão.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:** Fundação PT
- **Destinatários:** Poder Político; Administração Pública; Cidadãos; Agentes Económicos; Associações Empresariais
- **Executores:** Task-Force específica, constituída por personalidades convidadas pela capacidade que vêm demonstrando no estudo destas matérias
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **O desenvolvimento da Democracia Electrónica em Portugal**

As tecnologias da informação e comunicação estão a tornar-se num instrumento importante não só na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, mas também no reforço da democracia. O grande desafio está em garantir o acesso universal, aumentar a literacia e garantir a confiança por forma a que todos beneficiem deste potencial tecnológico.

A democracia electrónica vai muito para além da votação e disponibilização de informação sobre os candidatos através da Internet, trata-se de uma nova forma de fazer com que o cidadão comum participe em discussões e interacções com os poderes políticos, fazendo chegar a sua voz, não apenas durante as campanhas eleitorais, mas também nos períodos intercalares e a propósito dos problemas da sua vida quotidiana.

Pretende-se com este estudo analisar as oportunidades e constrangimentos da utilização dos meios da sociedade da informação no exercício da cidadania activa.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:** Unisys
- **Destinatários:** Poder Político; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica e personalidades convidadas de reconhecida projecção internacional
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **O papel da SI no aproximar das Regiões**

Apesar de todos os esforços dos vários Governos e das oportunidades criadas no âmbito da integração europeia, continuamos a assistir a um movimento migratório do interior para o litoral e ao abandono progressivo das localidades mais remotas em favor dos centros urbanos.

Os maiores obstáculos aos esforços no sentido de aproximar as regiões mais desfavorecidas continuam a ser os níveis de educação e de formação dos estratos mais pobres da população.

A sociedade da informação caracteriza-se pela sua desterritorialização, capacitando as zonas mais remotas com novas formas de acesso à informação ao trabalho, à educação, à saúde, etc.

Este estudo pretende analisar as possibilidades de exploração das novas tecnologias da informação e comunicação na fixação das populações e no desenvolvimento das regiões mais remotas e desfavorecidas.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:** Fundação PT
- **Destinatários:** Poder Político; Autarquias
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ O Digital no Quotidiano – A relatividade do tempo na Sociedade da Informação

O uso do tempo marca indelevelmente a nossa existência e é um factor determinante na conformação dos nossos objectivos individuais e colectivos. O défice crónico de tempo constitui provavelmente a marca civilizacional mais distintiva da sociedade contemporânea. Na sociedade da informação, e em particular com a utilização da Internet, utilizamos o tempo de maneira diferente?

Ao potenciarmos formas mais flexíveis de interacção estaremos, de algum modo, a relativizar a “pressão” do tempo e a alterar o seu valor de uso? Ou estaremos ingenuamente a reunir condições para que essa pressão se agudize, através de uma cultura de *always on* insuportavelmente restritiva do controlo individual, discricionário, do tempo pessoal? Por exemplo, quando nos relacionamos com a Administração Pública queremos acima de tudo poupar tempo, contudo quando estamos a jogar em rede com os nossos amigos gastar tempo é um prazer.

A subjectividade de poupar tempo ou gastar tempo é ampliada no mundo da Internet. As relações entre os poderes públicos e a sociedade através da Internet, para além da simples prestação ocasional de serviços em que a redução do tempo parece ser um objectivo de todos, podem inverter o valor do tempo para níveis muito mais elevados quando se trata de relações de cidadania e de governação partilhada com a sociedade.

A valorização do uso do tempo na Internet, que até aqui se limitava quase sempre a aspectos lúdicos (jogos, conteúdos de lazer, etc.) e sociais (*chat, messenger, etc.*), começa progressivamente a invadir o mundo da cidadania activa (petições, *blogs, etc.*) e a constituir uma nova forma de participação, não necessariamente localizada no tempo e no espaço. Redistribuir o tempo, poupando-o nos processos transaccionais de rotina para o expandir na sua dimensão lúdica e de exercício de cidadania e activismo social, são objectivos para o uso da Internet nos próximos anos.

Este estudo pretende ser uma reflexão sobre o uso das tecnologias da informação na satisfação das mais variadas necessidades sociais, profissionais, lúdicas e cívicas, através da valorização do factor tempo.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Associações Cívicas; Empresas; Universidades; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ Os contextos lúdicos na Sociedade da Informação e do Conhecimento

A sociedade da informação e em particular a Internet, tem vindo a alterar de uma forma marcante a utilização do nosso tempo disponível. De facto os desenvolvimentos ao nível tecnológico de que são exemplos a digitalização da fotografia, do vídeo e do áudio o aumento crescente das velocidades de processamento e transmissão ou a acessibilidade facilitada a conteúdos existentes nas redes de BL, tem vindo a reformular e a dinamizar de uma forma acentuada a indústria do entretenimento e do lazer. Assiste-se assim a uma crescente valorização do uso do tempo nos aspectos lúdicos sejam eles música, vídeo, jogos, conteúdos eróticos, etc. com impactos comportamentais ao nível individual e colectivo.

Este estudo pretende ser um contributo para avaliar o modo e as condições em que o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal poderá possibilitar às empresas e aos cidadãos utilizadores o acesso generalizado a custos razoáveis a serviços lúdicos como condição para que este sector tenha um impacto significativo na economia nacional. Avaliação dos impactos dos novos ambientes digitais no mundo do entretenimento e do lazer bem como identificar e ajudar a ultrapassar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento deste sector na sociedade da informação e do conhecimento são outros dos objectivos a atingir neste trabalho.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Empresas ligadas ao sector do Entretenimento; Prestadores de serviços e aplicações; Universidades; Organizações de Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ **Identidade Digital**

Desde o início dos anos setenta que se tem assistido em Portugal a uma sequência de iniciativas tecnológicas, tendentes à criação e manutenção de uma base de dados central de identificação civil fiável e segura. Mais recentemente, com o desenvolvimento das tecnologias de autenticação electrónica, têm surgido sucessivos projectos políticos, quase sempre adiados ou reinventados, de criação de um documento seguro e fiável de identificação digital de todos os cidadãos portugueses, baseado em cartões inteligentes.

A identificação digital é um instrumento essencial para a autenticação nacional e para a grande maioria das transacções decorrentes da actual sociedade da informação. As tecnologias associadas à identificação electrónica vêm-se tornando num instrumento privilegiado para o cidadão, ao mesmo tempo que é um requisito essencial para o desenvolvimento da Administração Pública Electrónica e um meio fidedigno de acreditação e certificação digitais necessárias ao desenvolvimento de toda a economia digital.

As novas aplicações associadas ao cartão de identidade digital, baseadas em tecnologia ubíqua, são cada vez mais uma oportunidade para a indústria de *software* e são uma esperança para o desenvolvimento de novas aplicações orientadas à mobilidade.

Os custos e riscos dos vírus e roubos de identificação passaram a ser problemas quotidianos para toda a sociedade, o que torna a identificação digital uma prioridade para o desenvolvimento da sociedade da informação em clima de confiança.

A APDSI pretende lançar um estudo sobre esta problemática, que integre visões, não apenas tecnológicas, mas também legais, organizacionais e sociais.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos; Poder Político
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Inclusão das Comunidades Migrantes**

No total, estima-se que residam no nosso país mais de meio milhão de imigrantes, isto é 5% da população residente em Portugal.

É um facto novo, um facto que merece toda a atenção e que deve ser devidamente valorizado, pois uma sociedade rejuvenescida, aberta e multicultural constitui uma riqueza inestimável, se soubermos desenvolver políticas de imigração adequadas. Caso contrário, torna-se num problema político, social e humano inextricável.

Portugal detém um capital de experiência no campo das migrações que não deverá desperdiçar. Sendo um país de emigração, possui uma memória colectiva e uma experiência particularmente viva e rica mas muitas vezes dramática, da diáspora, que poderão ser capitalizadas na actual situação, em que os papéis se invertem. Trata-se de uma população maioritariamente jovem e na fase activa da sua vida.

Esta é uma mais valia que urge aproveitar no desenvolvimento das políticas nacionais de integração e de acolhimento dos imigrantes.

Com este *workshop*, pretende-se reflectir sobre o papel das tecnologias da Sociedade da Informação, enquanto oportunidade para garantir e dar valor a este processo de integração das comunidades migrantes na sociedade portuguesa.

- **Natureza:** Workshop
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Comunidades migrantes; ONGs; Poder Político; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Tele-Medicina – Expectativas e Realidades**

A tele-medicina tem gerado expectativas de contribuir para a melhoria dos cuidados de saúde nas regiões interiores ou com menor densidade populacional, dado permitir colocar ao dispor dos utentes nessas regiões especialidades médicas apenas disponíveis em centros de maior dimensão.

Não é seguro que se tenha aproveitado integralmente o potencial da tele-medicina, apesar da existência de experiências comprovadamente bem sucedidas em diversas regiões do país, nomeadamente no Alentejo e na área metropolitana de Coimbra.

Pretende-se levar a cabo um estudo em que se inclua o levantamento das experiências em curso e o seu confronto com as expectativas existentes, assim como a identificação dos estrangulamentos processuais, regulamentares e organizacionais ao seu desenvolvimento. O estudo deverá estabelecer um conjunto de objectivos para o pleno aproveitamento da tele-medicina no contexto nacional.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Poder Político; Organizações do sistema de saúde; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica e personalidades convidadas de reconhecida projecção internacional
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **A Ética no contexto da Sociedade da Informação**

A Sociedade da Informação comporta um nível de responsabilidade ético acrescido para todos os seus intervenientes, desde o cidadão às empresas, passando pelas agências governamentais.

O mal ou bem que se quer fazer está multiplicado numa sociedade globalizada e logo o nível de responsabilidade aumenta.

É cada vez mais necessário implementar uma ética que vá além das regras e dos regulamentos, do enquadramento legal desses comportamentos, dos códigos de conduta, pois as questões da ética são algo a interiorizar e não algo que possa ser imposto.

Depois da Conferência organizada pela APDSI em 2004, é altura de se proceder a um estudo sobre as questões da Ética na Sociedade da Informação.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ **Crenças, Mitos e Paradoxos da Sociedade da Informação**

A noção de sociedade da informação interioriza, no período histórico que vivemos, um conjunto de crenças, mitos e mesmo paradoxos. Estes são expressões ao mesmo tempo de necessidades e aspirações e também de receios, “magias” e contradições, apercebidas das mais variadas formas pelos diferentes intervenientes sociais.

Há cientistas sociais e investigadores que falam da sociedade da informação como uma certa forma de ideologia que nesta perspectiva poderá ser importante estudar e explorar. Assim, este estudo pretende fazer uma reflexão sobre a sociedade da informação centrada numa perspectiva sociológica por forma a identificar, confrontar e compreender relações e dinâmicas inerentes ao entendimento e percepção da sociedade da informação.

Importa analisar as contradições entre o que imaginamos ser e o que realmente são os factos (percepção da sociedade da informação) introduzidos pela revolução das TICs num contexto de uma economia globalizante.

A apropriação dos benefícios da sociedade da informação é fortemente determinada pela capacidade de podermos navegar numa área em que o processo de conhecimento nem sempre se apresenta linear e lógico e também pela capacidade de se vislumbrar para além do que parece ser evidente. Este estudo pretende contribuir nesse sentido.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ **A Sociedade da Informação como potenciadora das actividades das ONGs**

A emergência da consciência alargada da responsabilidade social, dos indivíduos e das organizações, vem indubitavelmente gerando um nível crescente de activismo social, contrapondo ao afunilamento de valores do neo-liberalismo económico uma sociedade de “causas”.

Esta Sociedade de “causas” instancia-se através da capacidade de mobilização social, da celeridade em “passar palavra”, do *networking* social fundado na dinâmica da concatenação oportunística de redes sociais individuais.

As Organizações Não Governamentais constituem-se fundamentalmente como híbridos entre esta concertação *ad-hoc* de vontades e as estruturas formais, persistentes no tempo, de cidadãos partilhando convicções com “leitura” social.

Nesta perspectiva, os movimentos cívicos poderão ser dramaticamente potenciados, na sua latência e no seu impacto, pela universalidade social das tecnologias da informação e da comunicação.

A Sociedade da Informação, enquanto paradigma de organização social em rede, parece constituir o ambiente de eleição para a expansão do activismo social.

Será?

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; ONGs
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ Os desafios da Economia da Informação

Quem está na nova economia nascida com a chamada Revolução da Informação dá-se conta de múltiplos paradoxos que inspiraram nos últimos anos o pensamento de autores bastante controversos.

Na medida em que a disponibilidade da tecnologia aumenta e os custos diminuem, alguns autores preferem classificar as TIC como *commodities*, passando a ser cada vez menos importantes do ponto de vista estratégico. Será que é mesmo assim?

As novas regras da concorrência, as transformações nos vários sectores, o funcionamento das novas empresas e ambientes operacionais interligados e em rede, as novas ferramentas de *e-business* e *e-government*, a universalidade do acesso e a exclusão social, etc., são alguns dos temas que nos preocupam na moderna Economia da Informação.

Hoje em dia são frequentes os produtos e serviços baseados na informação e no saber economicamente atractivos, que em virtude do seu baixo custo de reprodução e de distribuição lançam novos desafios, novas polémicas e novas oportunidades.

Dada a instabilidade com que este sector da economia se tem apresentado nos últimos anos e os desafios que nos coloca a todos nós, a APDSI propõe-se elaborar um estudo sobre o estado e as tendências da Economia da Informação em Portugal.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos; Poder Político
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Modelos de *Governance* na Sociedade da Informação**

A Sociedade da Informação tem vindo a constituir nos últimos anos uma preocupação dos governos nacionais e comunitários, ocupando cada vez mais um lugar privilegiado nas agendas políticas.

Desde os modelos de governação mais centralizadores aos mais descentralizados ou federalistas, a Sociedade da Informação constitui sem dúvida um esforço colectivo de governos, mercado empresarial e população em geral.

O papel do Estado, enquanto entidade consumidora, reguladora e financiadora das tecnologias da Sociedade da Informação, é alvo de divergências e perspectivas muitas vezes contraditórias. Um Estado mais implementador ou mais regulador, uma soberania única ou partilhada e o papel da sociedade são algumas das visões de *Governance* que a APDS I se propõe estudar.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Poder Político
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Sociedade da Informação e os Novos Media**

A transposição dos media tradicionais para novos meios em suportes digitais, em especial para plataformas abertas como a Internet leva-nos a pensar que estamos hoje perante um ponto de inflexão civilizacional que coloca desafios ao tecido e aos vínculos sociais tradicionais. Assistimos, como exemplos, à criação de novas proposições de comunicação, ao aparecimento de novas formas de distribuição electrónica de conteúdos sobre redes integrando texto, som, imagem e vídeo em formato digital, à disputa do tempo dos consumidores pela Internet, ao surgimento de novos *publishers* ou ainda à acelerada e continuada reformulação da estratégia de todos os media tradicionais.

Confrontamo-nos pois com novos fenómenos nos media que se manifestam de variadas formas tais como o aparecimento de medias de proximidade de que são exemplos quer as TV e as rádios regionais quer os *self-media* vistos como expressão de uma certa autonomia comunicacional.

Neste contexto importa perceber de que modo os mecanismos da Sociedade da Informação facilitam o desenvolvimento de novos modelos e estratégias de negócio no domínio dos novos media apresentem -se eles sobre a forma de livros digitais, *webzines*, radio e vídeo na net, *blogues*, distribuição electrónica de música e vídeo, notícias e jornais na net ou de *corporate publishing*.

Que tipo de estratégias *cross-media* se podem colocar? Como otimizar as relações *on-off line*? Qual o papel futuro para os *content syndicators*? Qual o impacto das actuais e futuras tecnologias para os novos media? Estas são alguns exemplos de questões que se gostavam de ver analisadas e estudadas no trabalho que aqui se propõe.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Sector dos media
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Arquitectura na Sociedade da Informação**

A progressiva integração das tecnologias de informação e comunicação como sub-sistemas activos dos espaços construídos tem contribuído decisivamente para que se desenvolva e vulgarize o conceito de “edifício inteligente”.

Com os recentes desenvolvimentos na acessibilidade económica de infra-estruturas de tratamento e partilha de informação no ambiente doméstico, suportando uma multiplicidade de usos, desde ambientes de produtividade pessoal para todos os membros da família até aos desenvolvimentos no domínio da integração de electrodomésticos inteligentes e do *home entertainment*, a carga tecnológica na habitação começa a atingir níveis de complexidade até recentemente inimagináveis.

Estes níveis de complexidade requerem abordagens formais de projecto que extravasam, em muito, o habitual voluntarismo dos utilizadores comuns.

A este fenómeno há que acrescentar as mudanças que se vão sedimentando no domínio dos comportamentos e modelos de virtualização das organizações, como tele-trabalho ou a geração *always on* ou, ainda, o *e-learning*, que vão claramente colocando em questão o programa funcional tradicional da habitação.

Trata-se pois de reflectir sobre as mudanças que todos estes factores poderão (deverão) induzir sobre a abordagem arquitectónica ao projecto destes espaços híbridos de habitação, trabalho, lazer...

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Poder Local
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Literacia Digital e Certificação de Competências**

A sociedade da informação e do conhecimento exige literacia digital em todo o espectro da sociedade. A aprendizagem embora possa ocorrer de forma quase espontânea em certas situações como acontece com muitos jovens confrontados com experiências de utilização muito cedo, requer na generalidade das situações padrão, formação devidamente orientada.

A oferta de formação nas matérias básicas das tecnologias de informação e das comunicações deverá ser universal. O sistema de ensino e a formação ao longo da vida devem proporcionar um conjunto de oportunidades suficiente para assegurar a literacia digital de toda a população.

A certificação de competências é um estímulo positivo à obtenção de níveis adequados de literacia digital com reconhecimento no mercado de trabalho. A Fundação ECDL estabeleceu no contexto europeu e posteriormente a nível global um quadro de avaliação conducente à atribuição das cartas de condução informática.

Importa avaliar as implicações da literacia digital no êxito das reformas da administração pública electrónica, assim como no aumento da competitividade do tecido empresarial. A clarificação desta temática permitirá definir o adequado posicionamento da certificação de competências na melhoria da literacia digital.

- **Natureza:** Manifesto
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Poder Político; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 3 meses

2.2 MERCADO & TECNOLOGIAS

□ Fazer crescer o mercado da SI em Portugal

A sociedade da informação e do conhecimento tem a faculdade de gerar benefícios incalculáveis para os cidadãos no acesso à administração pública, educação, cultura, investigação científica, cuidados de saúde interactivos, lazer e grande diversidade de meios de entretenimento.

Para que esses benefícios potenciais possam ser apropriados pelos cidadãos no seu dia a dia é necessário que estes tenham meios para aceder a esse enorme volume de informação de forma fácil, rápida e a custo acessível.

Apenas um mercado dinâmico e alargado tem condições de suportar os investimentos que estão na base dessa grande riqueza potencial de que os cidadãos serão os principais beneficiados, bem como naturalmente os restantes intervenientes no mercado.

Assim, identificar e assegurar os compromissos que conduzam ao desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento em Portugal é uma opção estratégica que contribuirá para o crescimento económico sustentado e a modernidade do país e, fundamentalmente, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Serão signatários organismos da administração pública, associações cívicas, operadores de telecomunicações, empresas fornecedoras de equipamentos e serviços de informática e Universidades que adiram aos princípios da carta de compromisso.

Esta acção será uma homenagem póstuma ao Dr. Raúl Junqueiro e será proposta ao Governo que resultar das eleições legislativas que irão decorrer em 2005.

- **Natureza:** Carta de Compromisso
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Poder Político; Cidadãos
- **Executores:** A Direcção da APDSI
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **A competitividade da Indústria Portuguesa e a sua relação com o desenvolvimento da SI**

Desde o Livro Branco de Jacques Delors “Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI”, publicado em Dezembro de 1993 que é comumente aceite a importância do desenvolvimento da sociedade da informação para o aumento da competitividade de um país nas suas múltiplas vertentes e, em particular, na componente industrial.

Essa mesma evidência sobressai no relatório Bangemann “A Europa e a Sociedade Global da Informação - Recomendações ao Conselho Europeu”, publicado em Maio de 1994, bem como no outro lado do Atlântico nos documentos produzidos sob a coordenação do Vice-Presidente Al Gore.

Em Portugal nunca se analisou com suficiente profundidade os contributos potenciais da sociedade da informação no aumento da competitividade da indústria portuguesa, nomeadamente na sua capacidade de inovar e de se adaptar a mercados progressivamente mais exigentes.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os empresários portugueses para a importância dos investimentos em TICs como meio de aperfeiçoamento organizacional e de incentivo à inovação no tecido produtivo, geradores de aumentos de competitividade empresarial, sustentáveis numa economia em permanente mutação.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:** KPMG
- **Destinatários:** Poder Político; Agentes Económicos; Quadros superiores da Administração Pública; Quadros superiores das empresas industriais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Combater os estrangulamentos do Comércio e do Negócio Electrónicos em Portugal**

Os investimentos em tecnologia ligados ao uso da Internet no contexto da operacionalização de soluções de comércio electrónico mantiveram-se a um nível muito elevado na segunda metade da última década, tendo-se registado um sem-número de iniciativas fazendo apelo a incrementos de eficiência das operações e à redução dos custos operacionais nas empresas.

As plataformas para a concretização de ambientes B2B tornaram-se pois disponíveis e acessíveis.

O mesmo se passou na vertente B2C, quer do lado da oferta, com um grande número de lojas e centros comerciais virtuais na *web*, que abrangem as mais variadas ofertas de bens e serviços ao consumidor, quer do lado da procura, com um aumento sucessivo de utilizadores Internet.

Aparentemente, as condições infra-estruturais necessárias para um sucesso total do comércio e do negócio electrónicos parecem estar no lugar.

No entanto, esse sucesso não acontece ou tarda a atingir níveis significativos.

Interessa pois, reflectir sobre as possíveis razões para este estrangulamento, esta promessa adiada, mobilizando, entre outros, associações empresariais e de consumidores, juntamente com os fornecedores dos meios de pagamento e agregadores de lojas digitais, por forma a identificar os constrangimentos essenciais e potenciais acções de inversão da situação.

- **Natureza:** Manifesto
- **Patrocínios:** SIBS
- **Destinatários:** Poder Político; Associações Empresariais ligadas ao comércio electrónico; Sociedade Civil
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Os e-Marketplaces na Sociedade da Informação**

A organização de estruturas de mercado no domínio do comércio electrónico foi, desde cedo, encarada como peça fundamental na arquitectura de transformação do modo como as empresas poderiam digitalizar e virtualizar as respectivas cadeias de valor, num ambiente de acelerada globalização.

Esta organização de mercados electrónicos conheceu um período de rápida expansão, na época mais eufórica da hoje assumida “bolha especulativa da Internet”, com a emergência fulgurante dos *e-marketplaces* verticais e as iniciativas para afirmar o papel de *e-marketplaces* horizontais como *frameworks* de integração internacional.

Também em Portugal se assistiu a alguma dinamização deste movimento, com a formalização de vários projectos empresariais neste domínio representando, à época, investimentos importantes sinalizando, por si, a percepção das importantes oportunidades em perspectiva.

Passada a dura fase do reajustamento das expectativas, o que sobrou destas iniciativas? O que se aprendeu? O que se consegue antever, com pragmatismo, como papel futuro para os *e-marketplaces*?

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Agentes Económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **A revolução tecnológica do acesso e o desenvolvimento do mercado da Sociedade da Informação**

Estão hoje disponíveis múltiplas tecnologias de acesso às redes digitais de comunicações (SDN, GSM, UMTS, xDSL, CATV, WiFi e WiMax, MMDS, DTH, ...) que apresentam diferentes características quanto ao tipo de investimentos para a sua disponibilidade, custos para os utilizadores ou capacidade de transmissão e de suporte a serviços e aplicações telemáticas.

Este estudo para além de identificar tendência e características para as diferentes formas de acesso, pretende avaliar e salientar o impacto que as condições de disponibilização de tais infra-estruturas tecnológicas de acesso têm para dinamizar uma cultura de uso dos mecanismos da sociedade da informação bem como para o estímulo ao aparecimento de novos serviços e aplicações.

Identificação de melhores práticas e *benchmarking* de métricas específicas no domínio do acesso são também objectivos a contemplar no estudo.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Sector das Telecomunicações
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Open Source – Expectativas e realidades**

O interesse nas soluções *Open Source* tornou-se inquestionavelmente global. Vários países, regiões e organismos referem o recurso a este tipo de soluções nas suas directivas estratégicas. Outros vêem no *Open Source* uma oportunidade importante de desenvolvimento local de uma indústria de *software*.

Hoje em dia existem muitas organizações, algumas de grande dimensão, a nível nacional e internacional, do foro privado ou da administração pública, cujos sistemas mais críticos de negócio recorrem com sucesso a soluções de *software Open Source*. Permanece no entanto ainda em muitos casos uma falta de informação clara e objectiva sobre o que é de facto o *software Open Source*, quais as oportunidades para a utilização deste tipo de soluções, quais as suas vantagens, fraquezas e que critérios objectivos devem presidir à sua adopção.

Será que o *software Open Source* deve ser visto como uma “moda passageira” que se esvanecerá a mais ou menos curto prazo? Será que se trata de uma opção credível que deverá ser ponderada pelos responsáveis sobre tecnologias de informação?

É chegada a altura de, na sequência do estudo elaborado pela APDSI em 2004, se avaliarem através de um *workshop* as oportunidades e os constrangimentos do *Open Source*, ponderando sobre algumas das suas expectativas e realidades.

- **Natureza:** Workshop
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Empresas de software; Agentes Económicos; Administração Pública
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 3 meses

□ **Estudo comparativo Irlanda – Portugal sobre o apoio à competitividade e internacionalização das empresas de tecnologias de informação**

O caso Irlandês é normalmente referido em termos elogiosos como *benchmark* inquestionável da capacidade estratégica de criar um tecido empresarial altamente competitivo e sustentável no domínio das TICs, alavancando significativamente o perfil do país como captador de Investimento Directo Estrangeiro, factor decisivo no seu reposicionamento internacional no domínio da competitividade global.

Num contexto económico-social em que Portugal assume a requalificação do modelo de crescimento como a questão central do seu futuro, entende-se útil sistematizar, com alguma profundidade, uma leitura comparada da evolução ocorrida em ambos os países.

A análise deverá focar essencialmente o conjunto de medidas de política e de concertação estratégica dos múltiplos intervenientes, que viabilizaram os ganhos de competitividade observados, entre outros:

- Enquadramento legislativo;
- Apoios à competitividade das empresas no mercado interno do país;
- Apoio à internacionalização das empresas nacionais.

Com este estudo pretende-se sensibilizar os vários “actores” envolvidos para a necessidade de criação de instrumentos que potenciem a competitividade global das empresas portuguesas de TIs.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:** EDINFOR; IBM
- **Destinatários:** Poder Político; Agentes Económicos; Quadros superiores da Administração Pública; Quadros superiores empresariais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **GDD - Gestão de Direitos Digitais**

A gestão de direitos digitais - GDD (DRM - *Digital Rights Management*) é uma questão complexa envolvendo aspectos técnicos, jurídicos, legislativos, de harmonização internacional, entre outros e abrangendo áreas como as tecnologias de base, interoperabilidade entre suportes e equipamentos, conteúdos, standards nucleares, segurança, facilidade de utilização.

Importa que a GDD assegure e optimize as escolhas dos consumidores e a concorrência o que passa por uma aceitação generalizada no mercado, condição essencial para a criação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de conteúdos e serviços on-line legais.

Outro aspecto importante a ter em conta é o de que, embora o exercício dos direitos continue, em tese, a poder ser assegurado individualmente, a natureza de certas obras e a diversidade dos modos da sua difusão, aliadas à evolução das tecnologias de comunicação e à multiplicação do número de utilizadores, impõe, na prática, o sistema de gestão colectiva dos direitos exclusivos, mediante o qual os titulares de direitos autorizam as organizações de gestão colectiva a gerir os seus direitos, isto é, a vigiar as utilizações das suas obras, a negociar com os eventuais utilizadores, a conceder-lhes, mediante pagamento de uma remuneração apropriada, autorizações sujeitas a determinadas condições, a perceber as remunerações e a reparti-las entre os titulares de direitos.

O estudo a desenvolver abrangerá além destas questões outras como: a GDD como facilitador de novos modelos de negócio; o impacto da GDD na inovação, na concorrência e na segurança; o impacto da GDD no fluxo livre da informação e nos consumidores.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Juristas; Tecnólogos; Administração Pública; Agentes Económicos; Empresas da área dos conteúdos; Cidadãos em geral
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Condicionantes económicas da construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento**

Neste estudo pretende-se analisar as opções estratégicas, desempenho económico, modelos de decisão, concorrência, regulação, orientação da despesa pública, eficácia e eficiência dos investimentos essenciais à construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Esta reflexão é de grande relevância num contexto de opções políticas que envolvam o desenvolvimento da sociedade da informação e do conhecimento numa perspectiva estratégica.

Temos presente que o contributo desse desenvolvimento para a melhoria de produtividade, controlo da despesa pública e para a competitividade da economia portuguesa é inquestionável.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Poder Político
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

□ Monitorização dos processos básicos da AP

Todos os estudos recentes sobre Administração Pública Electrónica apontam, como factor crítico de sucesso, a capacidade de integração de processos interdepartamentais, potenciando a comunicação e a transacção electrónica de informação e serviços orientados para os cidadãos e agentes económicos.

O estudo realizado no âmbito do Plano de Actividades do ano anterior permitiu identificar os processos básicos e os vários parceiros públicos e privados que neles intervêm e que de diversas formas contribuem para a realização do mesmo produto ou serviço público. Apontaram-se constrangimentos de natureza administrativa e legal por cada um dos *clusters* identificados fundamentalmente em torno de cada área económica específica.

Importa agora numa 2ª fase lançar uma acção que permita acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos processos então identificados por forma a poderem criar valor para os cidadãos, os agentes económicos e a própria Administração Pública.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:** Deloitte
- **Destinatários:** Poder Político; Organismos da Administração Pública; Cidadãos; Agentes Económicos; Associações Empresariais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 9 meses

□ **Ponto de situação do e-Government em Portugal**

A passagem de uma administração pública tradicional e burocrática para uma administração pública electrónica (*e-Government*) tem sido uma bandeira política dos governos em todo o mundo e Portugal não tem fugido a esta regra, mas a sua concretização efectiva tarda em acontecer, nomeadamente na utilização das novas tecnologias da sociedade da informação na prestação de serviços electrónicos que correspondam às necessidades básicas da vida dos cidadãos e das empresas.

Na sequência de idêntico *workshop* realizado em 2003, importa continuar uma reflexão sobre os sucessos alcançados e os constrangimentos que ainda bloqueiam o desenvolvimento da administração pública electrónica no nosso país.

- **Natureza:** Workshop
- **Patrocínios:** SAP
- **Destinatários:** Poder Político; Administração Pública; Empresas
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 2 meses

□ e-Educação – O que tem o sector da Educação a ganhar com o desenvolvimento da SI

Temos vindo a ser confrontados com estudos internacionais que identificam de uma forma inequívoca a inadequação do sistema educacional em particular ao nível do ensino básico e secundário, com dificuldade na formação de cidadãos aptos para abraçar as oportunidades e os desafios das sociedades avançadas que têm por base o conhecimento e a capacidade de transformar tal conhecimento em riqueza.

Não é suficiente ligar todas as Escolas à Internet nem tão pouco basta ligar todas as salas de aula, aspiração aliás descrita na primeira medida do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal, se continuar a não existir uma visão que enquadre objectivos amplos e claros. Tal implica que a Escola como um todo, deverá dar resposta aos desafios que a ela se colocam nomeadamente, repensar as formas de ensinar e de aprender, os modelos de gestão das escolas e reformular os curricula existentes antecipando necessidades e requisitos das sociedades futuras ou no mínimo, adaptando-os aos tempos em que vivemos.

Assim importa mobilizar as instituições, os cidadãos e as empresas para acções que contribuam para a mudança urgente do actual sistema de ensino em Portugal e, por outro, constituir um fórum permanente ao mesmo tempo crítico e criativo no domínio da Educação. Deve ser acentuada a capacidade para “saber fazer” e “saber inovar” na sociedade da Informação e do Conhecimento, onde a “aprendizagem ao longo da vida” se torna tão evidente e indispensável.

É hoje uma realidade nacional que os gastos crescentes no domínio da Educação não têm tido reflexos igualmente visíveis no que diz respeito à qualidade do ensino. Há quem considere que apenas pela via da utilização sistemática e intensiva das tecnologias da sociedade da informação é possível otimizar os recursos existentes e os investimentos a efectuar no futuro.

Assim, impõe-se promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir, nomeadamente considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento de produtos standard educacionais que exijam baixos investimentos e sejam de larga utilização.

- **Natureza:** Conferência
- **Patrocínios:** Cisco; Intel; ParaRede
- **Destinatários:** Poder Político; Sistema de Educação; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 4 meses

□ **e-Justiça – O que tem o sector da Justiça a ganhar com o desenvolvimento da SI**

Constatamos todos os dias a morosidade do sistema judicial, nomeadamente no encaminhamento e no desembaraço dos processos, na tomada de decisão, no controlo dos vários intervenientes e no acesso à informação pertinente.

Assim, importa promover uma reflexão sobre as estratégias a seguir de forma a melhorar o funcionamento da Justiça, por exemplo, considerando a Internet como plataforma para o desenvolvimento do trabalho cooperativo entre todos os intervenientes no sistema judiciário. Torna-se urgente a adopção de sistemas de gestão documental e *workflow*, técnicas de controlo de processos e de cargas de trabalho, de forma a tornar mais fluido e económico o funcionamento da Justiça em Portugal.

Com o fim de elaborar uma visão sobre o tema da Justiça em Portugal e de identificar e propor recomendações para a acção, importa juntar numa sessão de análise os principais intervenientes provenientes dos diferentes sectores com responsabilidades no estabelecimento de um Sistema Judiciário eficiente e de qualidade tendo por base o uso de serviços telemáticos. Importa ter a colaboração de juizes, magistrados, advogados, funcionários judiciais, associações cívicas e todos quantos estejam interessados na aceleração e automatização do funcionamento do aparelho judiciário.

Numa segunda fase, dever-se-á privilegiar o desenvolvimento de uma análise mais profunda apontando caminhos para a potenciação dos benefícios da sociedade da informação e do conhecimento no sector da Justiça, nomeadamente no aumento da celeridade processual de modo a que a “justiça” seja uma realidade no contexto de um Estado de Direito.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:** ACE; Unisys
- **Destinatários:** Poder Político; Sistema de justiça; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **e-Cultura – Cultura no contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento**

Portugal ocupa hoje no contexto do espaço Europeu um lugar modesto no que diz respeito a padrões desejáveis no domínio cultural.

O desenvolvimento da Sociedade da Informação cria hoje condições de interpenetração e desenvolvimento das diferentes áreas do saber. Por outro lado a Sociedade da Informação é, ela mesma, um fenómeno cultural já que disponibiliza hoje um *lugar* de conceptualização e visualização de novos espaços e formas culturais sem as restrições do mundo analógico. Hoje podemos imaginar estruturas com ajuda do *Cyberspace* (este visto como um meio de expressão tal como o são o lápis, o papel, o pincel, o som, a imagem, etc. e não um fim) que não existem no mundo físico e mapeá-las no nosso espaço mental e serem assim percebidas, por exemplo, como extensões das artes e das culturas tradicionais.

Este trabalho pretende avaliar de que modo a Sociedade da Informação permite potenciar a actividade criativa não só a partir de novas formas de expressão mas ainda através do aparecimento de novas entidades para serem exploradas numa fronteira do espaço cultural.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Criadores e Engenheiros do *Cyberspace*
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **Administração Pública Local – Perspectivas de desenvolvimento no âmbito da Sociedade da Informação**

Muitos dos serviços públicos são cada vez mais prestados no âmbito das regiões e das autarquias, confirmando a tendência descentralizadora das modernas administrações públicas. Paralelamente aos serviços de proximidade, os cidadãos e as empresas exigem cada vez mais serviços *on-line*, que tirem partido de todas as potencialidades que a sociedade da informação hoje nos oferecem.

Desta forma a administração pública regional e local estará a dar um importante contributo para a sua desburocratização e transparência, para a melhoria da qualidade de vida do cidadão e para o reforço da cidadania.

Com o objectivo de contribuir para a discussão do impacto da Sociedade da Informação no âmbito da administração pública regional e local e dos seus agentes, de modo a que o cidadão possa vir a ter acesso a cada vez mais e melhores serviços públicos *on-line*, a APDSI propõe-se organizar um *workshop* sobre as perspectivas de desenvolvimento da Sociedade da Informação nas autarquias locais.

- **Natureza:** Workshop
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Administração Pública; Agentes Económicos; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 6 meses

□ **PPP – Parcerias Público Privado no contexto da Sociedade da Informação**

Entende-se por parceria público-privada (PPP) o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento e a responsabilidade pelo investimento e pela exploração incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado (Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril).

Em todos os tipos de PPP coexistem em maior ou menor grau três dimensões: a económica, a social e a tecnológica, sendo que as finalidades essenciais são o acréscimo de eficiência na afectação de recursos públicos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, induzida por formas de controlo eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte dos potenciais utentes e do parceiro público.

No âmbito das PPP incumbe ao parceiro público o acompanhamento e o controlo da execução do objecto da parceria, por forma a garantir que são alcançados os fins de interesse público subjacentes, e ao parceiro privado cabe o financiamento e o exercício e a gestão da actividade contratada, sendo que o parceiro público garante ao privado uma margem mínima de lucro no empreendimento, desde que o parceiro privado cumpra as exigências acertadas no contrato.

A favor das PPP refere-se à possibilidade de o sector privado transferir para o sector público características estimuladoras da inovação e de capacidade de gestão, a libertação de recurso a para investimentos noutras áreas e, ainda, a distribuição de riscos entre as partes, procurando afectá-los à parte que tem os menores custos para os suportar.

Há no entanto que ter em conta que enquanto o sector privado possui objectivos primordialmente económicos, os objectivos finais do sector público são basicamente sociais. Importante, também realçar a tensão entre os valores de flexibilidade e responsabilização, e os diferentes pesos atribuídos a esses valores entre os sectores público e privado, claramente identificáveis em termos do tratamento de temas como conflitos de interesse, actividades políticas, normas e procedimentos, pessoal e processos de tomada de decisão.

Desde há cerca de quinze anos, as PPP conhecem uma forte expansão na União Europeia, tendo também tido lugar em Portugal diversas aplicações deste modelo, ainda que em áreas distintas da Sociedade da Informação.

Importa analisar o conceito, as experiências que já tiveram lugar e reflectir sobre aspectos como o enquadramento dos procedimentos de selecção do parceiro privado; o papel dos parceiros na definição, concepção, realização, aplicação e no financiamento; a distribuição dos riscos.

- **Natureza:** Conferência
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Administração Pública; Empresas da área das TICs
- **Executores:** Conferencistas convidados
- **Prazo de execução:** 4º Trimestre de 2005 / 1º Trimestre de 2006

2.4 ACTIVIDADES REGULARES

□ 2º Ciclo de Conferências “Pensar a Sociedade da Informação”

O conceito de Sociedade da Informação é relativamente recente, muito havendo ainda a reflectir e a analisar no que toca à sua implantação e à sua evolução. Não há no entanto muitas dúvidas do seu impacto a nível global e da sua influência transversal em todos os grupos sociais, profissionais e em todas as actividades económicas.

Em complemento dos Encontros da Arrábida, que se assumem como um “processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento”, importa recolher contributos, nomeadamente de origem internacional que dêem pistas para uma perspectiva da evolução da Sociedade da Informação.

- **Natureza:** Ciclo de Conferências
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Sócios da APDSI; Público em geral
- **Executores:** Conferencistas convidados
- **Prazo de execução:** 9 meses

□ **Forum da Arrábida – Repensar a Sociedade da Informação e do Conhecimento em 2005 “Relações Laborais e Trabalho Digital”**

Este encontro virá na continuidade dos encontros realizados em 2002, 2003 e 2004 e tem como objectivo reunir um conjunto de personalidades que, de diferentes perspectivas, possam, em conjunto, reflectir e explorar novas ideias e entendimentos sobre o que será o futuro da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal e num mundo que, como sabemos, é cada vez mais complexo e incerto e que nos coloca perante constantes desafios individuais e colectivos.

Pretende-se continuar um processo de análise e de reflexão sobre o que imaginamos ser o caminho para melhor desenvolvermos e endogeneizarmos os benefícios de uma Sociedade baseada na Informação e no Conhecimento. Discutir ideias baseados em necessidades, valores e modos de comportamento em que acreditamos hoje, mas que permitam também posicionar-nos para além das nossas rotinas diárias e considerar papeis e intervenções alternativas a esses quotidianos é também um objectivo a alcançar.

Pensar no futuro implica tentarmos perceber de que modo a sociedade como um todo influencia a inovação tecnológica e a adopção de novas tecnologias e noutro sentido explorar de que forma estas vão ao encontro das necessidades dos cidadãos, de diferentes grupos sociais, das empresas e das instituições em geral.

Os resultados destas reflexões, sob a forma de conclusões do encontro, serão entregues aos Grupos Parlamentares, Membros do Governo, empresas e instituições associadas, para além da divulgação através da Internet e da Comunicação Social. Assim, trata-se de um contributo da Associação para que o País não desperdice as oportunidades emergentes.

- **Natureza:** Encontro de Reflexão
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Membros do Conselho Geral; Personalidades convidadas
- **Executores:** A Direcção da APDSI
- **Prazo de execução:** Setembro / Outubro 2005

□ **Debate com os partidos políticos sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento**

A primeira actividade pública da APDSI foi a realização de um debate com os Partidos Políticos sobre as “Estratégias para a Sociedade da Informação” em 12 de Março de 2002, durante a campanha eleitoral para as eleições legislativas desse ano.

Entendeu-se de interesse a realização de uma actividade sobre o mesmo tema a meio do mandato do Governo que resultou dessas eleições. Esse debate ocorreu, por razões de carácter simbólico, a 12 de Março de 2004 no mesmo local da iniciativa original.

Durante o período de campanha eleitoral em 2005 ir-se-á repetir o debate dentro do mesmo espírito de intervenção pública da sociedade civil no domínio da sociedade da informação e do conhecimento.

- **Natureza:** Debate Político
- **Patrocínios:** SAP
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos
- **Executores:** A Direcção da APDSI
- **Prazo de execução:** 1 mês

□ **Barómetro da Sociedade da Informação**

O desenvolvimento da Sociedade da Informação constitui indubitavelmente elemento chave no posicionamento competitivo das Nações no contexto da globalização.

Na inexistência de um acompanhamento estatístico sistemático não temos tido no nosso País uma percepção clara da evolução da que se verifica em componentes importantes da realização de avanços no domínio da Sociedade da Informação em Portugal.

A APDSI, em colaboração com o jornal “Expresso”, propõe-se lançar um Barómetro regular baseado num inquérito trimestral a um painel alargado, estável, de especialistas com o objectivo de obter uma síntese abrangente da percepção qualitativa geral acerca do desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

- **Natureza:** Barómetro
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos
- **Executores:** Task-Force específica (APDSI, Jornal Económico e Empresa de sondagens)
- **Prazo de execução:** Anual

□ **Criação de grupos de trabalho especializados nas áreas de Educação, Saúde e Comércio Electrónico**

Importa que as diferentes áreas e sectores alvo da intervenção directa por parte dos mecanismos da Sociedade da Informação bem como das suas políticas sejam acompanhadas de uma forma sistemática, permanente e cuidada. Só assim, de uma forma descentralizada e multidisciplinar, será possível à APDSI criar as condições para uma rápida e fundamentada posição e elaboração de pareceres sobre os diversos aspectos que afectam o desenvolvimento da sociedade da informação em áreas específicas com impacto no quotidiano dos cidadãos, das empresas e dos sectores da administração pública.

As áreas da Educação, Saúde e Comércio Electrónico foram identificadas como as prioritárias para tal acompanhamento sistemático. Assim torna-se urgente a criação de três grupos permanentes internos à Associação capazes de, para cada área referida, assegurar os objectivos enunciados.

- **Natureza:** Actividades Regulares
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos; Poder Político
- **Executores:** Grupo de trabalho permanente interno à APDSI
- **Prazo de execução:** Anual

□ **Internacionalizar a actividade da APDSI**

Sendo a Sociedade da Informação eminentemente global, importa que a Associação estabeleça contactos internacionais com associações, outras organizações sem fins lucrativos e outras entidades por forma a acompanhar a evolução nos mais diversos domínios do desenvolvimento da sociedade da informação.

- **Natureza:** Organização da Associação
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** APDSI
- **Executores:** Direcção da APDSI
- **Prazo de execução:** Actividade contínua

□ **Colunas da responsabilidade da APDSI em Órgãos da Comunicação Social**

A APDSI tem por objecto a promoção e o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal. Para a prossecução do seu objecto, compete à Associação “Informar os cidadãos, empresas e outras entidades em questões relativas à Sociedade da Informação e do Conhecimento”.

Uma das formas de levar a efeito esta tarefa consiste na presença regular, continuada e sustentada da Associação nos Órgãos de Comunicação Social, tanto os de informação geral, como os especializados.

- **Natureza:** Artigos de opinião
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos
- **Executores:** Sócios da APDSI
- **Prazo de execução:** Actividade contínua

□ **Prémio Editorial 2005 “APDSI – Sociedade da Informação”**

Este prémio enquadra-se no espírito das mais variadas iniciativas públicas e privadas para o desenvolvimento da SI e destina-se a estimular a publicação de trabalhos na imprensa escrita, enquanto contributo para o progresso da Era da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio da Oracle Portugal Sistemas de Informação e da Sun Microsystems Portugal sendo admitidos a concurso os trabalhos produzidos na imprensa, nacional e regional, durante o ano de 2004.

A apreciação do contributo de cada trabalho para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal, contemplará, para além da qualidade geral do trabalho, os seguintes aspectos:

- Inovação, criatividade e descoberta na abordagem do tema
- Contributo para a visibilidade e aplicabilidade dos benefícios da Sociedade da Informação
- Relevância social, económica, cultural e tecnológica
- Contextualização de impactos
- Grau de profundidade da investigação jornalística patente no trabalho

- **Natureza:** Prémio
- **Patrocínios:** Oracle Portugal; Sun Microsystems Portugal
- **Destinatários:** Jornalistas
- **Executores:** APDSI
- **Prazo de execução:** 1º Trimestre de 2005

□ **Prémio Personalidade do Ano 2004 no domínio da Sociedade da Informação**

Este prémio tem por objectivo destacar e galardoar anualmente a personalidade que se tenha distinguido pelo seu contributo para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal.

O prémio tem o patrocínio da Oracle, Sun Microsystems e do Jornal Expresso.

- **Natureza:** Prémio
- **Patrocínios:** Oracle; Sun Microsystems; Jornal Expresso
- **Destinatários:** Sociedade Portuguesa
- **Executores:** APDSI
- **Prazo de execução:** 3º Trimestre de 2005

□ **Prémio Nacional “A Outro Nível”**

Este prémio destina-se a galardoar um aluno finalista de Engenharia Informática e cursos afins reconhecidos pela Ordem dos Engenheiros, com base na classificação de curso, curriculum vitae e cartas de recomendação.

O Júri, constituído por personalidades convidadas no meio académico e profissional e presidido pelo representante da APDSI, elaborará a ordenação dos candidatos, não sendo as suas decisões susceptíveis de recurso.

- **Natureza:** Prémio
- **Patrocínios:** ParaRede
- **Destinatários:** Alunos finalistas de Engenharia Informática e cursos afins
- **Executores:** APDSI
- **Prazo de execução:** Setembro / Outubro 2005

□ **Newsletter Digital da APDSI**

O nível de maturidade atingido pela APDSI e a dimensão, já considerável, da sua base de sócios aconselham a criação de um veículo de comunicação com os seus associados, nomeadamente os individuais.

Os conteúdos a disponibilizar serão fundamentalmente de dois tipos, os relativos à evolução da Sociedade da Informação e às iniciativas com ela relacionadas, seja a nível nacional, seja internacional e a divulgação das actividades da APDSI.

A periodicidade da newsletter será de início mensal tendendo a curto prazo para uma saída semanal.

- **Natureza:** Newsletter
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos
- **Executores:** APDSI
- **Prazo de execução:** Actividade contínua

□ **World Internet Project**

Este projecto foi lançado no “Center for Communication Policy Studies” na UCLA, em colaboração com a NTU “School of Communication Studies” em Singapura e o “Osservatorio Internet Itália” da Universidade Bocconi em Milão, tendo por objectivo acompanhar, investigar e documentar as transformações nas várias esferas – política, social e económica – da vida privada e colectiva induzidas pelo uso da Internet pelas famílias e pelas nações.

Com esse objectivo vem montando uma rede de colaboração com organizações de múltiplos países tendo em vista alargar a capacidade de recolha de informação e globalizar a base de observação.

A APDSI propõe-se aprofundar esta possibilidade de integrar a rede do projecto oferecendo o contributo dos seus associados como fontes de informação sobre a evolução no espaço nacional, colaborando ainda na divulgação dos resultados do projecto.

- **Natureza:** Actividade Regular
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos; Poder Político
- **Executores:** ISCTE
- **Prazo de execução:** Anual

□ **Olimpíadas da Informática**

Na continuação de uma actividade até agora conduzida pela API - Associação Portuguesa de Informática, a APDSI propõe-se promover a realização das Olimpíadas Nacionais de Informática, um concurso de programação dirigido aos alunos das escolas secundárias e a participação da equipa vencedora dessas Olimpíadas nas Olimpíadas Internacionais de Informática, a realizar num país anfitrião.

A componente técnica desta actividade será assegurada, mediante a formalização de protocolo, sob a responsabilidade do Departamento de Informática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

- **Natureza:** Concurso
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Alunos do ensino secundário
- **Executores:** Equipa específica
- **Prazo de execução:** 3º Trimestre de 2005

2.5 ACTIVIDADES EM FASE DE CONCLUSÃO

□ **Bloqueios jurídicos ao desenvolvimento da Sociedade da Informação**

A Sociedade da Informação e do Conhecimento tem, em alguns momentos, introduzido rupturas na forma de viver em sociedade e no seu sistema regulador e normativo.

Se por um lado as leis têm muitas vezes um papel mobilizador e capaz de induzir comportamentos e atitudes sociais adequadas às transformações politicamente expectáveis, por outro lado, alguma da legislação que a sociedade produz assume um papel conservador e gerador de bloqueios ao desenvolvimento tecnológico e ao seu adequado aproveitamento social e económico.

Apesar das preocupações dos vários Governos na introdução de inúmeros instrumentos legislativos, directa ou indirectamente associados ao desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, nomeadamente através de sucessivos quadros institucionais de enquadramento, facilitação do acesso à informação e aos serviços públicos, garantia de segurança e privacidade da informação, acesso universal às telecomunicações, desburocratização e desmaterialização dos actos administrativos, negócio electrónico, etc., existem ainda dúvidas sobre o seu adequado aproveitamento prático e sobre o grau de eficácia do actual quadro legislativo português e comunitário.

Pretende-se concluir esta iniciativa no 2º trimestre de 2005.

- **Natureza:** Seminário
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Poder Político; Administração Pública; Cidadãos; Agentes Económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 2º trimestre de 2005

□ O futuro do *e-Learning* em Portugal

A utilização conjugada do multimédia e da Internet para conceber e disponibilizar conteúdos formativos e desenvolver competências à distância (*e-learning*) é um dos grandes desafios para os próximos anos.

A organização de classes virtuais e a interacção remota entre os vários participantes vem possibilitar alargar o ensino e a formação profissional a regiões afastadas e converter cada lar ou local de trabalho numa sala de aula.

O ensino à distância cria um novo contexto onde o aluno assume um papel decisivo na gestão do tempo e do seu processo e ritmo de aprendizagem.

Mais do que as ferramentas síncronas ou assíncronas de aprendizagem, a produção de conteúdos formativos em português, constitui um dos factores mais críticos para o sucesso do *e-learning*.

Este estudo visa fazer um ponto de situação e perspectivar o futuro do *e-learning* no nosso país.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Poder Político; Agentes Económicos; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1º Semestre de 2005

□ Terminologia da SI na Língua Portuguesa

O vocabulário associado à sociedade da informação tem sido considerado por alguns sectores uma forma de exclusão e uma barreira ao acesso às oportunidades tecnológicas.

Nem sempre é fácil encontrar equivalentes na língua portuguesa para os inúmeros conceitos que vêm sendo criados no âmbito da sociedade da informação. Procuram-se muitas vezes neologismos e adaptações apressadas das línguas originais.

Pretende-se com este estudo sistematizar e divulgar a terminologia mais correcta, que ao longo dos últimos anos se considerou mais apropriada para representar a sociedade da informação.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Agentes Económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1º Semestre de 2005

□ **Arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas**

A Reforma do Estado Português constitui uma das principais vertentes da modernização de Portugal. Neste contexto, a Administração Pública, nas suas diversas vertentes - central, regional, local - e nas suas múltiplas competências funcionais, necessita de ser profundamente reformulada, quer no que toca à sua missão e objectivos, quer à sua organização e gestão. Como é sabido, as tecnologias e os sistemas de informação e de comunicações constituem poderosas alavancas de mudança organizacional. Infelizmente as tecnologias e sistemas são frequentemente utilizadas como *magic bullets*, passando o seu desenvolvimento e operação a constituírem fins em si, com objectivos tecnológicos desenquadrados e desalinhados do suporte efectivo aos processos e aos sistemas organizacionais que eram suposto apoiarem e transformarem.

O falhanço do uso das modernas tecnologias e sistemas de informação e comunicação no quadro da reengenharia de grandes e complexas organizações é uma evidência mundial, perante a qual importa retirar lições para o futuro.

As razões de ser deste desempenho medíocre devem-se em grande parte ao uso de metodologias inapropriadas às situações concretas das organizações, desde logo, e na fase inicial, à deficiente formulação dos problemas com que estas verdadeiramente se confrontam. Ao longo da década de 90 foi-se desenvolvendo uma nova e mais madura aproximação socio-técnica à engenharia organizacional, suportada em competências multidisciplinares, orientada aos processos e à integração dos aspectos de organização, gestão e dos sistemas de informação.

Mais recentemente emergiu a disciplina de Arquitectura Organizacional, que proporciona enquadramento poderoso para a concepção integrada das organizações, e para a formulação, desenvolvimento, concretização, monitorização e avaliação dos projectos de mudança e para o controlo das respectivas interacções e dinâmicas sistémicas a eles associadas.

A construção do Futuro exige arrojo, empenho, inovação. Querem-se visões ambiciosas, que mobilizem as pessoas, e potenciem a mudança das mentalidades.

Querem-se visões ambiciosas sim! Mas responsáveis, não demagógicas, e conseqüentemente aliadas a concretizações prudentes, firmes, faseadas, por objectivos, controladas, em progressão iterativa, num quadro de melhoria contínua, proporcionando caminhos seguros para a mudança participada e para a credibilização indispensável do novo Estado de que o País tanto necessita.

Com este estudo pretende-se contribuir para a definição de uma arquitectura organizacional do Estado e das Administrações Públicas.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:** KPMG
- **Destinatários:** Poder Político; Organismos da Administração Pública; Cidadãos; Agentes Económicos; Associações Empresariais
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1º Semestre de 2005

□ **Evolução do Analógico para o Digital no domínio do trabalho**

O trabalho na sociedade da informação e do conhecimento tem-se caracterizado por uma mutação progressiva do analógico para digital e do paradigma da máquina para o paradigma da rede, relativizando os milenares constrangimentos de espaço e tempo.

Enquanto na sociedade industrial o trabalho se caracterizava pelo isolamento, pela rigidez de contexto, a rotina e a mecanização, na sociedade da informação e do conhecimento o trabalho é desempenhado em comunidade virtual, em interacção e conhecendo-se o seu contexto global.

Em vez de processos mecânicos, o trabalho em rede caracteriza-se por processos orgânicos, complexos e baseados em fluxos dinâmicos.

Os novos trabalhadores do conhecimento deixarão cada vez mais de usar canetas e papel, passando a autenticar trabalhos e decisões através de assinaturas electrónicas e a trabalhar lado a lado com processos decisórios distribuídos, automatizados por regras e algoritmos computacionais. O ambiente de trabalho destes novos trabalhadores será maioritariamente o Portal da organização a que pertence, em qualquer momento e em qualquer lugar, onde para além da resolução dinâmica de algumas rotinas quotidianas, como a simples justificação de faltas e a marcação de férias, todos reconhecerão as tarefas substantivas e mais ou menos críticas que lhes são cada vez mais solicitados neste novo ambiente (electrónico) de trabalho.

Este estudo pretende ser um contributo para a análise dos impactes dos novos ambientes digitais no mundo do trabalho e ajudar a identificar barreiras e contextos desajustados ao desenvolvimento de novas formas de trabalho na sociedade da informação e do conhecimento.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Centrais Sindicais e Sindicatos; Associações Empresariais; Poder Político
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1º Semestre de 2005

□ **A representação do território numa perspectiva da Sociedade da Informação**

Portugal tem uma história muito rica na utilização de representações do território, sob a forma de cartas, no suporte aos Descobrimientos e à Gestão do Território.

Com o aumento sustentado da utilização das tecnologias que caracterizam a Sociedade da Informação, a representação do território passou a ter um papel ainda mais importante, tendo surgido a necessidade de disponibilização da informação geográfica já não sob a forma de cartas mas em formato digital, em tempo real e num número crescente de aplicações e dispositivos, incluindo dispositivos móveis. No entanto, a informação geográfica tem inerente uma elevada complexidade e, para ter qualidade, tem que ter aderência ao nível de detalhe adequado do Mundo Real, pelo que é percebida como um bem escasso e de custo elevado.

Mais do que a problemática da produção de informação geográfica de qualidade é hoje fundamental estudar o modo como essa informação tem contribuído para o aumento da produtividade do País e quais os custos inerentes à sua não utilização (o exemplo dos fogos que flagelam todos os anos Portugal é particularmente relevante).

Com este estudo pretende-se identificar boas práticas, a nível nacional e internacional, da utilização de informação geográfica na criação de valor em processos que necessitam de representações do território. Pretende-se, desse modo, divulgar as boas práticas e contribuir para uma maior generalização da utilização deste tipo de informação estruturante.

- **Natureza:** Estudo
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Autarquias; Empresas de serviços básicos (*Utilities*); Poder Político; Cidadãos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1º Semestre de 2005

2.6 OUTRAS ACTIVIDADES

□ Bolsa de equipamento informático usado para fins de natureza social

A evolução dos sistemas operativos, as exigências impostas pelo *software* aplicacional têm tornado cíclica e vertiginosa a aquisição de um grande número de computadores pessoais, não apenas para uso doméstico, mas por renovação de parques informáticos empresariais. Assim os computadores pessoais e restante equipamento informático utilizados nas empresas e na administração pública são frequentemente substituídos por equipamentos mais evoluídos tecnologicamente quando ainda se encontram em condições de utilização nas principais funções básicas para fins com níveis de exigência inferiores.

O desmantelamento desses equipamentos e depósito nos aterros sanitários levanta problemas ambientais diversos para além da perda do seu potencial de utilização noutros contextos. Muitos dos computadores substituídos em vez de se juntarem às toneladas de desperdício poderiam ser utilmente encaminhados para usos alternativos em ambientes menos exigentes. Deste modo faz todo o sentido, numa perspectiva abrangente, encontrar meios para a sua reutilização para fins sociais, nomeadamente em escolas, lares de terceira idade, associações culturais, recreativas e desportivas e outras organizações com fins não lucrativos.

Para que este programa atinja os seus fins pressupõe-se um acordo prévio com potenciais entidades ofertantes sobre as condições mínimas de funcionalidade dos equipamentos e a pré-instalação de aplicações para fins sectoriais (lares de terceira idade, jardins escolas, colectividades de cultura e recreio, entre outras) quando disponíveis.

A criação de condições que permitam conjugar a oferta (Empresas e AP) com a procura (instituições de natureza social), poderá ser conseguida pela criação de uma “bolsa” de equipamento, baseada em meios electrónico, acessível e actualizável pelas diversas entidades, acção que constitui objectivo desta iniciativa da APDSI.

- **Natureza:** Intervenção com objectivos sociais
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Instituições com fins de natureza social
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1º Semestre de 2005

□ **Revista Digital da APDSI**

A Associação deve proporcionar aos seus sócios e à sociedade em geral um fórum para debate e reflexão sobre o desenvolvimento, os pontos fortes e os pontos fracos, as tecnologias subjacentes e outros aspectos relacionados com a Sociedade da Informação em Portugal, no espaço lusófono e no mundo em geral.

Esse fórum concretizar-se-á numa revista digital, publicada na Internet, com periodicidade a definir e contando com colaborações dos sectores governamental, empresarial, profissional e de outras associações e organizações sem fins lucrativos.

- **Natureza:** Publicação Digital
- **Patrocínios:**
- **Destinatários:** Cidadãos; Comunidade Académica e Científica
- **Executores:** APDSI e equipa editorial a definir
- **Prazo de execução:** Actividade contínua

□ **Compilação em CD de documentos internacionais de referência no domínio da SI**

A maior parte dos países e muitas das organizações internacionais têm produzido nos últimos anos um grande número de documentos de referência sobre a sociedade da informação e em particular sobre a transformação das administrações públicas através das tecnologias da informação e comunicação.

As universidades e os próprios fornecedores de tecnologia e serviços da sociedade da informação têm tido um papel activo na produção de documentos importantes para o conhecimento desta área.

A APDSI irá editar um CD que incluirá milhares de documentos de referência em texto integral e centenas de *links* importantes sobre a sociedade da informação e em particular no domínio do *e-Government*, que irão decerto contribuir para melhorar o conhecimento nestas áreas.

- **Natureza:** Divulgação
- **Patrocínios:** ParaRede
- **Destinatários:** Cidadãos; Poder Político; Agentes Económicos
- **Executores:** Task-Force específica
- **Prazo de execução:** 1 mês

3. CONCLUSÕES

Este programa apresenta-se na continuidade das acções levadas a cabo em anos anteriores. Denota todavia uma maior robustez da APDSI resultante do reforço da massa associativa individual e de uma notável cobertura das empresas dos sectores das tecnologias da informação e das comunicações, da consultoria especializada nesses domínios e de algumas empresas dos media, como sócios institucionais.

A execução deste programa continua a representar um desafio à capacidade mobilizadora da sociedade civil. A sua concretização requer o envolvimento das entidades com capacidade financiadora sem as quais as actividades propostas ficarão inviabilizadas.

Iniciam-se actividades correlacionadas com um maior nível de estabilidade e amadurecimento da Associação, que não eram compatíveis com os primeiros anos de actividade, nomeadamente algumas iniciativas sobre 'Governança' e 'Modelos Económicos de Desenvolvimento' e outras de grande acuidade como a 'Identidade Digital', o 'DRM - Digital Rights Management' e a 'Literacia Digital e a Certificação de Competências'.

Os prémios Editorial e Personalidade – Sociedade da Informação, com patrocínios já assegurados e apoio de um grande órgão de comunicação social, irão continuar a dar um contributo decisivo para a mediatização dos objectivos da Associação.

Não é forçoso que todas as iniciativas incluídas nesta proposta de programa sejam executadas. Será esclarecedor identificar aquelas que venham a receber apoio, na medida que esse próprio facto é indiciador da sua relevância para os agentes económicos e instituições públicas.

Não é de excluir que algumas destas propostas sejam concretizadas através da mobilização de fundos da própria Associação, se houver capacidade para os gerar.

A Sociedade da Informação e do Conhecimento em Portugal será também o reflexo do empenho que a sociedade civil conseguir demonstrar. Estamos perante um desafio em que Portugal e a sua sociedade civil têm uma missão a desempenhar para assegurar o seu próprio futuro.

A prossecução deste conjunto de actividades representa o compromisso da APDSI com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o aumento de competitividade dos agentes económicos portugueses, que julgamos ser possível apenas através da absorção dos paradigmas da sociedade da informação e do conhecimento, num contexto democrático e de economia aberta.